



COOPERAÇÃO  
PORTUGUESA

**IPAD** Instituto Português  
de Apoio ao Desenvolvimento

## DOCUMENTOS DE TRABALHO

# O impacto do narcotráfico no desenvolvimento da África Ocidental O caso da Guiné-Bissau

Documento de Trabalho Nº 2

Ana Correia

DSAEM/IPAD

Lisboa, Setembro de 2009

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)

Av. da Liberdade, 192

1250-052 Lisboa

[www.ipad.mne.gov.pt](http://www.ipad.mne.gov.pt)

Os Documentos de Trabalho do IPAD são produzidos por funcionários e colaboradores do IPAD.

Os Documentos de Trabalho são publicados sob responsabilidade única dos seus autores e não reflectem necessariamente a opinião e posição do IPAD.

## Índice

Acrónimos .....	4
1. Introdução .....	4
2. O contexto global .....	5
3. Questões destabilizantes .....	6
3.1 Factores socioeconómicos .....	7
3.2. Alterações climáticas e segurança alimentar .....	8
3.3 Governação.....	9
3.4 Questões transfronteiriças.....	10
4. O tráfico de droga na África Ocidental. Um problema mundial .....	10
5. O caso da Guiné-Bissau.....	15
5.1. Combate ao Narcotráfico e Reforma do Sector da Segurança e Defesa, na perspectiva da prevenção de conflitos.....	17
6. Conclusões .....	21
Bibliografia .....	24

## Acrónimos

BM – Banco Mundial

CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento

FMI – Fundo Monetário Internacional

GB – Guiné-Bissau

GCI – Grupo de Contacto Internacional para a Guiné-Bissau

INTERPOL – International Criminal Police Organization

UUSD – Milhões de Dólares Norte-americanos

NU – Nações Unidas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

ONU – Organização das Nações Unidas

PAOSED – Programa de Apoio aos Órgãos de Soberania e ao Estado de Direito no quadro da  
UE

PBSO – Peacebuilding Support Office

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PJ – Polícia Judiciária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP – Polícia de Ordem Pública

RSS – Reforma do Sector da Segurança

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica e Monetária da África Ocidental

UNODC – Escritório das Nações Unidas para o Combate às Drogas e ao Crime

UNOGBIS – Escritório das Nações Unidas para a Guiné-Bissau

## 1. Introdução

O objectivo deste documento de trabalho é mostrar como nas últimas décadas a tomada da África Ocidental pelos cartéis da droga se deu à velocidade da luz, consentida pela existência de elevados índices de pobreza, instabilidade económica, social, política e militar, trazendo à discussão a indispensabilidade donexo entre segurança e desenvolvimento, crucial para a prevenção de conflitos, atacando a raiz dos problemas, e para a recuperação efectiva dos países em situação de fragilidade.

O caso da Guiné-Bissau é particularmente relevante, não só por se tratar de um dos tradicionais parceiros da Cooperação Portuguesa, mas por ser um dos países mais pobres do mundo, em que a chegada da cavalaria da cocaína, há quatro anos atrás, transformou espantosamente a história da vida quotidiana do país.

## 2. O contexto global

De Cabo Verde, há poucos anos, à Guiné-Bissau hoje, e também à Guiné Conacri, Gâmbia, Togo, Serra Leoa e outros, a Costa de Ouro da África está a transformar-se na costa da cocaína<sup>1</sup>.

A África, mais particularmente a África Ocidental – a seguir ao Magrebe a região mais próxima desse grande porto de entrada na Europa que é a Península Ibérica – constitui um conjunto de Estados marcadamente fragilizados ou, nalguns casos, à beira da falência institucional, uma das zonas do globo simultaneamente mais instável e mais pobre.

O índice de desenvolvimento humano do PNUD<sup>2</sup> coloca 12 dos 15 países da CEDEAO<sup>3</sup> no grupo dos Estados mais pobres do mundo. De um modo geral, estes países vivem com muitas dificuldades estruturais, que se reflectem na debilidade das suas instituições nacionais, afectando de forma clara a autoridade do Estado e o desempenho das suas funções mais centrais. Os serviços públicos não funcionam, as forças armadas e as polícias encontram-se sobredimensionadas, mal equipadas, quase sem recursos e constituem muitas vezes um factor de instabilidade e, nalguns casos, escapam ao controlo da tutela política. Devido à sua própria ineficiência ou ao estado de conflito em que vivem, os Estados também não são capazes de

---

<sup>1</sup> Natacha Mosso: “CEDEAO à procura de respostas contra o narcotráfico”, in: Revista África 21, 16/01/2009.

<sup>2</sup> PNUD: “2006 World Human Development Report”, [www.hdr.undp.org/](http://www.hdr.undp.org/).

<sup>3</sup> A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) integra o Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo:

exercer a soberania nalgumas regiões do seu território, deixando-as entregues a milícias locais, empresas de segurança privadas ou mesmo grupos armados. Ao não dominarem partes do seu território, mar ou terra, permitem toda a espécie de tráfico – de bens, substâncias ilícitas e pessoas – tornando-se uma ameaça séria à estabilidade interna.

Embora possam ter à sua disposição inúmeros recursos naturais, muitos destes Estados não os conseguem transformar em receitas para o erário público, com os orçamentos a dependerem em grande parte da ajuda externa. Daqui advém que alguns Estados tenham de honrar certos compromissos internacionais, ao nível de reformas administrativas e fiscais, controlados pelas instituições de Bretton Woods (BM e FMI). Contudo, ao fim de uma ou duas violações grosseiras, estas instituições suspendem a ajuda orçamental, colocando os países à beira da ingovernabilidade, sem liquidez. Por outro lado, a existência de vastos recursos naturais, razão de ser de alguns conflitos, nacionais ou regionais, têm na sua origem a procura da apropriação privada desses mesmos recursos.

A maior parte destes Estados encontra-se ainda minada pela corrupção, que afecta toda a estrutura do Estado. Aliás a Justiça, a par da corrupção, é outro dos sectores que contribui fortemente para a debilidade dos Estados. Ao não garantir uma justiça minimamente eficaz, ao não conseguir estatuir o primado da Lei, o Estado demite-se de exercer uma das suas funções fundamentais e cria as condições para um avolumar da instabilidade no futuro.

### **3. Questões destabilizantes**

A ligação entre segurança e desenvolvimento é hoje amplamente reconhecida. Se, por um lado, a segurança é essencial para proteger pessoas e bens, criar um ambiente favorável à redução da pobreza e à prossecução dos ODM, por outro, o desenvolvimento económico e social contribui também para a criação de condições mais sustentáveis de segurança e de estabilidade<sup>4</sup>.

A situação socioeconómica na África Ocidental tornou-se rapidamente numa ameaça crescente à paz e à segurança na sub-região, dada a pobreza extrema e o facto da maioria da população viver abaixo do limiar da pobreza. Igualmente, questões como as alterações climáticas, a segurança alimentar, a governação e as questões transfronteiriças ameaçam a paz e a estabilidade na região.

---

<sup>4</sup> Relatório: “A Ligação Segurança-Desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional”, Instituto de Defesa Nacional, pp. 2, 30 de Abril de 2009.

### 3.1 Factores socioeconómicos

Apesar de alguns países terem conhecido um crescimento económico sustentável no decurso dos últimos anos, a distribuição desigual do rendimento nacional significa que esse crescimento implicou a marginalização de certos sectores da população em vez da redução da pobreza. É também nesta sub-região que se registam alguns dos indicadores mais baixos do desenvolvimento humano, o que compromete seriamente a realização dos ODM.

A taxa de crescimento demográfico anual desta parte de África, situada nos 2,3%, contrasta claramente com a média mundial de 1,1%, devendo a população da sub-região mais do que duplicar até 2050<sup>5</sup>. Os indicadores sobre a população mostram que nos últimos 40 anos houve uma tendência para os países quase triplicarem o seu número de habitantes, provocando, entre outros, uma pressão urbanística incontrolável sobre as cidades já densamente povoadas, transformando-as em megapólis infindáveis, sem o mínimo de condições sanitárias ou de conforto, já para não referir os problemas de segurança, pondo em risco ainda mais o seu já frágil quadro ambiental.

Também as migrações internas, do campo para a cidade, contribuem de forma significativa para a expansão das metrópoles, com graves consequências ao nível da distribuição alimentar e da diminuição da produção agrícola. Esse crescimento deverá agravar as pressões sobre a questão da terra e sobre outros recursos e implicará, provavelmente, uma maior instabilidade social e política.

O problema do aumento da população é particularmente grave devido ao facto do crescimento económico não acompanhar a explosão demográfica. A economia destes Estados é extremamente débil e vive impulsionada pelo seu sector informal. A economia formal depende em grande medida do sector estatal, que é o principal empregador e o grande cliente no mercado formal de bens e serviços. Os governos dificilmente conseguem atrair investimento estrangeiro, devido sobretudo à ausência de infra-estruturas e à corrupção.

As economias destes Estados não logram criar empregos, levando a que os jovens não tenham perspectivas de futuro. Muitos fazem parte do sector informal da economia, quando não estão simplesmente desempregados. Embora não haja dados credíveis sobre as taxas de desemprego na região, calcula-se que metade das pessoas em idade laboral (dos 15 aos 64 anos) estão em situação de auto-emprego, o que significa ter uma ocupação ocasional que

---

<sup>5</sup> Conselho de Segurança das Nações Unidas: Rapport do Secrétaire Général sur le Bureau des Nations Unies pour l'Afrique de l'Ouest, pp. 2-5, NY, 30 Junho 2008.

garante um rendimento intermitente. O desemprego revela-se assim como um dos factores que mais contribuem para a fragilidade dos Estados, sobretudo quando os jovens deixam de aceitar essa condição como inevitável e passam a colocar as culpas nos erros da governação e nas questões da desigualdade social.

Os jovens possuem perspectivas de futuro muito limitadas, mas têm conhecimento profundo da realidade dos outros países, pois conseguem aceder à televisão via satélite e à internet. O sector das telecomunicações é, indiscutivelmente, o que mais tem crescido em África no século XXI e, devido a este salto tecnológico, os jovens têm uma noção clara das diferenças que separam os seus países do resto do mundo.

Este quadro demográfico, social e económico é propício ao desenvolvimento de extremismos, sejam do tipo terrorista ou de outros. O integralismo religioso tem-se substituído paulatinamente aos nacionalismos e socialismos do tempo da Guerra-fria como projectos políticos e de sociedade<sup>6</sup>. Ao mesmo tempo, alguns extremistas, aproveitando o descontentamento social generalizado, fazem ressurgir um certo tipo de discurso político anti-modelo ocidental, que tende a assentar numa “percepção africana” dos direitos humanos, num enfoque desmedido em tradições de difícil justificação no mundo actual, bem como no acentuar das diferenças de ordem religiosa.

As dificuldades económicas da África Ocidental também foram seriamente afectadas pelo aumento dos custos dos combustíveis e dos produtos de base, agravando as tensões sociais, pelo que deverá ser prestada atenção especial a estes desafios socioeconómicos para evitar uma maior destabilização da sub-região.

### **3.2. Alterações climáticas e segurança alimentar**

A África Ocidental está particularmente exposta às alterações climáticas, nomeadamente às catástrofes naturais, degradação dos solos, desertificação, seca e inundações. Dado o excesso de população nas cidades, o aumento da poluição urbana e dos detritos tóxicos, há uma nova ameaça ambiental, riscos sanitários e problemas de saúde acrescidos, que terão consequências ao nível da produção económica e agrícola.

---

<sup>6</sup> “L’Environnement de Sécurité et le Processus de Construction de la Paix en Afrique l’Ouest”, documento de trabalho do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental (UNOWA), Dakar, Março 2007 [www.un.org/unowa/](http://www.un.org/unowa/).

De acordo com as previsões meteorológicas, o clima da sub-região para as próximas décadas dever-se-á tornar mais seco, mais variável, com uma grande pressão sobre os recursos aquíferos e uma maior vulnerabilidade aos fenómenos climáticos extremos. A gravidade dos problemas ambientais deverá merecer uma atenção especial, através da adopção e aplicação de políticas concertadas ao nível da sub-região.

A vulnerabilidade desta sub-região ao aumento dos preços dos produtos alimentares está intimamente ligada ao facto de existirem baixos níveis de produtividade, políticas agrícolas inadequadas, uma urbanização rápida, catástrofes naturais e conflitos que contribuem para que a grande maioria dos países da África Ocidental se tenham tornado importadores de produtos alimentares. Entre as graves consequências humanitárias, onde se inclui o aumento da fome, a diminuição das despesas consagradas aos tratamentos médicos, à habitação e à educação, a crise alimentar tornou-se um risco sério para as questões de segurança.

### **3.3 Governação**

A sub-região da África Ocidental tem registado alguns progressos importantes no domínio da boa governação. Depois de anos de instabilidade, a democracia e a paz estão lentamente a instalar-se. Todavia, persistem dificuldades que ameaçam os poucos progressos alcançados, em particular nos domínios da gestão, da economia e dos recursos, dos processos eleitorais, dos direitos humanos e da reforma do sector da segurança.

Todavia, a criação de boas práticas de governação permanece um problema sério na África Ocidental. A corrupção generalizada representa uma séria ameaça às instituições e ao Estado de direito e, em última instância, com efeitos negativos sobre a paz e a segurança. Nos últimos anos, têm surgido novas práticas de corrupção face à descoberta de recursos naturais na sub-região, exigindo-se um controlo transparente e responsável da gestão dos recursos para que todos possam beneficiar das riquezas nacionais.

As preocupações relativas aos direitos humanos permanecem um desafio maior na África Ocidental. Apesar da tentativa de regulação de conflitos de longa duração ter posto fim a algumas violações maciças de direitos humanos, estes continuam embora a uma escala mais reduzida, devido sobretudo a uma cultura de impunidade. É urgente reforçar o Estado de direito, em particular o sector judicial e a reforma do sector da segurança.

A reforma do sector da segurança representa um desafio fundamental para alguns países da sub-região que se encontram em situações de pós-conflito ou em transição. Apesar dos

esforços visando a reestruturação daquele sector e do maior envolvimento da comunidade internacional, as forças armadas continuam a ser uma fonte maior de insegurança e instabilidade nalguns daqueles países, em particular na Costa do Marfim, na Guiné-Bissau e na Guiné Conacri.

### **3.4 Questões transfronteiriças**

Dada a fragilidade das economias e das instituições governamentais, os países da África Ocidental estão particularmente vulneráveis às questões da corrupção e de alguma anarquia, como já referido.

Alguns países, como a Guiné-Bissau, a Guiné Conacri e os países do Sahel, tornaram-se um terreno fértil para o crime organizado. O tráfico de droga constitui a actividade criminal transfronteiriça mais importante na sub-região. Em certos casos, as redes de tráfico de droga infiltraram-se nas estruturas governamentais e nas forças de segurança. Para além do narcotráfico, o tráfico de seres humanos (crianças, mulheres e migrantes) é outra tendência crescente, a par da proliferação das armas ligeiras, que contribuem igualmente para favorecer a actividade criminal.

O potencial surgimento de conflitos transfronteiriços também tem sido uma preocupação, numa região onde, à semelhança de outras partes do continente, inúmeras fronteiras internacionais necessitam ainda de ser demarcadas. O crescente número de conflitos relativos às questões da terra, aos recursos naturais e à violência interétnica poderão ter graves consequências e implicar um aumento das tensões entre Estados vizinhos.

## **4. O tráfico de droga na África Ocidental. Um problema mundial**

Todos estes factores – a debilidade das instituições nacionais, a inexistência de infra-estruturas e serviços públicos, a incapacidade de impor o primado da Lei – entre outros, contribuem para afectar as estruturas dos Estados e torná-los vulneráveis a um fenómeno que está em evidente expansão na África Ocidental: o narcotráfico protagonizado por grupos internacionais de criminalidade organizada. De acordo com os dados da UNODC, o aumento do número e da quantidade de apreensões de droga na região da África Ocidental indicia que o fenómeno tem vindo constantemente a crescer desde 1995, mas com especial destaque nos últimos anos, no que respeita à cocaína, não só devido à fragilidade dos Estados mas, também, ao facto de ser um negócio extremamente lucrativo.

A droga já se tornou deste modo um problema em África e representa um obstáculo ao desenvolvimento daquele continente, de acordo com vários organismos internacionais responsáveis pela luta contra o tráfico de droga. Já em 2001, um relatório do Órgão Internacional do Controlo de Drogas afirmava que “graças à sua experiência no campo do contrabando de haxixe e de heroína, os cartéis da droga da África Ocidental procuram novos contactos na América Latina para estender o tráfico de cocaína a toda a região da África Subsariana”<sup>7</sup>.

Há uma mistura explosiva que pode fazer da África Ocidental uma espécie de “cocktail Molotov” de dimensão regional, cujos danos colaterais afectarão sobremaneira a União Europeia. As componentes desta mistura são a expansão demográfica, o desemprego e o narcotráfico. Trata-se de uma reviravolta fundamental na estratégia do narcotráfico mundial, que encara o continente africano como uma das áreas chave para a distribuição de drogas em todo o mundo. Até ao início da década de 90, África foi mantida às margens das rotas da droga. A mudança ocorreu em 1993, quando foram apreendidas na Nigéria 300 quilos de heroína provenientes da Tailândia<sup>8</sup>. Foi o sinal de uma mudança que assistiu à transformação de pequenos contrabandistas africanos (a maioria nigerianos) de simples transportadores por conta de terceiros a membros de gangues guiados por africanos, capazes de tratar no mesmo nível com organizações análogas de outros continentes.

Apesar dos seus limites, os relatórios dos organismos internacionais de luta contra o tráfico de droga permanecem frequentemente como os únicos instrumentos para analisar o fenómeno do narcotráfico. A apreensão de opiáceos em África registou um forte aumento nos últimos anos, devido sobretudo à apreensão ocorrida na África Central e Ocidental, que quase triplicou de 2003 a 2004<sup>9</sup>. A heroína que passa por África destina-se em primeiro lugar aos mercados europeus e, em segundo lugar, aos da América do Norte, com origem nos países do Sudoeste e Sudeste da Ásia. Os traficantes de cocaína tendem a servir-se de África cada vez mais como ponto de trânsito por dois motivos. O primeiro, resulta da melhoria dos sistemas de inspeção utilizados pelas autoridades locais e pelas norte-americanas na área caribenha e centro-americana, rota tradicional utilizada pelos traficantes. O segundo, está ligado à diminuição do consumo de cocaína, que se registou nos Estados Unidos, perante o aumento da procura na Europa. Deste modo, o continente africano tornou-se uma rota cómoda e segura para alcançar

---

<sup>7</sup> IBIDEM.

<sup>8</sup> Vitor Ângelo e Rui Flores: “A mistura explosiva da expansão demográfica, desemprego e narcotráfico na África Ocidental”, Working Paper nº 29, pp. 1-11, 27 Agosto de 2007.

<sup>9</sup> “The drug trafficking situation in West Africa”, *Briefing Paper*, Escritório Regional para a África Central e Ocidental da UNODC, Dakar, Junho 2007.

um mercado em crescimento com efeitos colaterais, na medida em que se assiste a aumentos preocupantes nos últimos anos.

O país tradicionalmente mais envolvido no narcotráfico tem sido a Nigéria. Com efeito, em 1993, registou-se a primeira grande apreensão de cocaína em África e as organizações criminais nigerianas estão perfeitamente inseridas no sistema criminal global e transnacional<sup>10</sup>. A afirmação das máfias nigerianas deriva também da pertença da Nigéria à Commonwealth, que permitiu abrir estreitas relações comerciais com o subcontinente indiano, produtor de ópio e de heroína e com o mundo anglo-saxónico consumidor. No final dos anos 80, registou-se um aumento importante no papel de centro estratégico e, desde então, os traficantes nigerianos são considerados os principais transportadores da droga, uma verdadeira indústria ao serviço da heroína e da cocaína, presentes em todos os pontos chave da produção e do tráfico de droga graças aos compatriotas residentes no exterior, formando clãs criminais comparáveis aos colombianos, turcos e chineses, baseando-se na solidariedade étnica, de clã e famílias.

Um outro país da África Ocidental, do qual se têm estatísticas mais fiáveis sobre o aumento do tráfico de cocaína é o Gana, sendo a maior parte da cocaína destinada ao mercado britânico. De acordo com um responsável da UNODC, as organizações de narcotraficantes tendem a fazer transitar a droga pelo meio da África Ocidental porque, até agora, as autoridades alfandegárias norte-americanas e europeias têm controlado com menor atenção as mercadorias e as bagagens provenientes de África relativamente às provenientes da América Latina. No caso do Gana, nos últimos anos, o país foi inserido na lista dos países de “alta prioridade” de inspeção.

A Guiné-Bissau é outro dos países que se tornou ponto de trânsito da cocaína da América Latina para a Europa, como demonstrado numa recente operação que levou à captura de 674 quilos de cocaína e à detenção de alguns narcotraficantes sul-americanos<sup>11</sup>. Na África Ocidental, os países mais envolvidos pelos fluxos de drogas, além do Gana e da GB, são a Costa do Marfim, o Senegal e a Nigéria, como já mencionado.

Os traficantes de cocaína na Guiné-Bissau estão ligados aos que passam através do Senegal e está também a aumentar o número de “correios” guineenses detidos no momento do embarque para Portugal.

---

<sup>10</sup> Agência da Congregação para a Evangelização do Povo (FIDES): “A droga na África – um problema mundial”, pp. 1-10, 3 Agosto 2007.

<sup>11</sup> Fernando Jorge Pereira: “Magistrados e polícias ameaçados”, in: Jornal Expresso, 02-08-08.

Das costas da África Ocidental, as organizações de narcotraficantes estão progressivamente a expandir-se aos países do Sahel, cujo papel estratégico entre o Atlântico e o Magrebe, e portanto o Mediterrâneo, é apreciado também pelos traficantes de seres humanos e, provavelmente, pelo terrorismo internacional. Não se pode excluir, a priori, uma ligação entre essas realidades criminais, de que são cúmplices a debilidade dos Estados e a vastidão dos territórios a controlar. Países como o Mali, Burkina Faso e Níger são há milhares de anos atravessados por vias de caravanas, que agora se converteram para uso criminal: não só para o tráfico de seres humanos mas, também, de armas, droga e tabaco de contrabando.

Enquanto o continente africano permanece, actualmente, apenas como um local de trânsito e um mercado residual para drogas como a cocaína e a heroína, a principal produção local de estupefacientes é representada pela cannabis. No que concerne ao haxixe, o principal produtor mundial é Marrocos, que fornece os mercados norte-africanos e europeus. Graças ao esforço das autoridades marroquinas, nos últimos anos deu-se uma diminuição da produção local da cannabis. O aumento das apreensões em África é sobretudo determinado pelo aumento do controlo policial efectuado pela Nigéria e pela África do Sul.

No que diz respeito às problemáticas sociais ligadas ao consumo de cannabis, recorda-se que esta substância é a droga mais difundida e usada a nível mundial. Até aos anos 80 a sua produção permaneceu limitada. A partir daí, porém, notou-se um aumento notável da superfície cultivada com a cannabis para fins comerciais. A produção africana de droga subtraiu terras e recursos à agricultura, isso porque naquele período se registou uma forte queda dos preços dos produtos agrícolas em todo o mundo. A agricultura africana, já de si frágil, entrou em crise, levando diversos camponeses a deixarem-se tentar pelo cultivo da cannabis em detrimento do cultivo de produtos lícitos. Compreende-se, assim, que o cultivo daquela substância tenha sérias repercussões na auto-suficiência alimentar de diversos países africanos. No que diz respeito à produção de drogas sintéticas, esta é limitada em África, com excepção da África do Sul, onde têm sido descobertos laboratórios clandestinos. Recorda-se que as drogas sintéticas faziam parte do programa de desenvolvimento de produtos químicos e biológicos aplicado pelo regime do *apartheid*.

A análise feita pela UNODC das frequentes apreensões operadas na África Ocidental nos mercados de destino indicia que se está na presença de dois modos complementares de tráfico. O primeiro tipo, liderado por estrangeiros oriundos na sua maioria da América Latina, transporta grande quantidades de droga daquele continente, com origem na Colômbia mas com passagem pelo Brasil e Venezuela, para a região africana usando barcos e iates privados

e, mais recentemente, através de jactos privados. O segundo tipo de tráfico é feito por contrabandistas locais que compram pequenas quantidades de narcóticos e as exportam através de correios humanos. Contudo, a disponibilidade crescente de cocaína na região levou à criação de armazéns por toda a costa, o que veio facilitar o aumento do tráfico feito por locais e a existência de redes estruturadas capazes de adquirir e redistribuir centenas de quilos.

As autoridades europeias têm detectado contrabando de drogas oriundo de quase todos os aeroportos da África Ocidental, revelando a vulnerabilidade dos Estados da região ao narcotráfico. A aparente facilidade com que os traficantes conseguem expedir grandes quantidades de droga revela, no mínimo, que os Estados não têm capacidade para lidar com este tipo de contrabando, ou, no máximo, que as próprias estruturas do Estado já foram penetradas pelas redes do crime organizado.

Mas, o problema não é apenas de ausência de meios. Um pouco por toda a África Ocidental encontra-se uma certa relutância crónica do poder político em tomar medidas que combatam eficazmente o tráfico de droga. É neste cenário que surgem narco-Estados. Há quem veja a associação aos grupos de crime organizado apenas como uma tentativa de assegurar um modo de sustentar a sua família quando a alternativa é o desemprego e a fome.

Nos últimos anos, as Nações Unidas têm manifestado uma crescente preocupação quanto ao tráfico de cocaína na África Ocidental e ao seu potencial impacto na estabilidade e no desenvolvimento daquela região tão frágil. O tráfico de drogas naquela região está a ganhar sérios contornos, constituindo uma ameaça preocupante à segurança e à estabilidade da sub-região e a pôr em causa a viabilidade das economias de alguns países. Os Estados-membros da CEDEAO reconhecem as insuficiências e as vulnerabilidades para fazer face ao fenómeno.

O relatório sobre a situação das drogas na África Ocidental<sup>12</sup>, apresentado à margem da Cimeira dos Ministros da Justiça e do Interior dos quinze países da CEDEAO, que decorreu no final de Novembro de 2008, em Cabo Verde, mostra a realidade do problema: todos os anos pelo menos 50 toneladas de cocaína transitam na sub-região da África Ocidental em direcção à Europa e os lucros à volta desse negócio rendem, aproximadamente, dois mil milhões de dólares anuais, nas ruas das principais cidades europeias.

---

<sup>12</sup> United Nations Office on Drugs and Crime – Cocaine trafficking in Western Africa, situation report, Outubro, 2007, pp.1-8.

O principal alerta chegou do Director Executivo da ONUDC, que iniciou a sua alocução dizendo que “A África está sob ataque”. Utilizando a expressão “os sinos de alarme estão tocando”, António Maria Costa afirmou que a África Ocidental, que até agora enfrentava a pobreza, fome e conflitos armados, está sob ataque e em risco de se transformar num epicentro para o tráfico de drogas, crime e corrupção. Segundo aquele responsável, as ameaças decorrentes do narcotráfico estão a espalhar-se, ao mesmo tempo que grupos criminosos exploram as vulnerabilidades dos países desta sub-região.

Apesar dos esforços dos próprios Estados e da comunidade internacional, o problema tem vindo a agravar-se. A quantidade de cocaína capturada na África Ocidental tem duplicado todos os anos, desde 2005, segundo dados referidos naquele relatório. Se, nesse ano, a quantidade de cocaína apreendida foi de 1,3 toneladas, em 2006 aumentou para 3,2 e em 2007 para 6,5 toneladas, representando dez por cento de toda a cocaína traficada no mundo<sup>13</sup>. O problema é tanto mais grave quanto o tráfico de droga tende a perverter as economias desses Estados, na sua maioria frágeis e, em alguns casos, detentores de um Produto Interno Bruto inferior ao lucro proveniente desse negócio.

Os participantes na Cimeira da Praia reconheceram que o narcotráfico na África Ocidental é mais do que um mero problema de droga. Todos são unânimes em concordar que se está perante um fenómeno que desencadeia outras consequências como uma crise de saúde pública e de segurança que, conseqüentemente, minam os esforços desses países em atingir os ODM.

## **5. O caso da Guiné-Bissau**

Muito para além dos cenários paradisíacos que a Guiné-Bissau acolhe, este País tem-se confrontado com a dura realidade dos números ao ocupar o 175º lugar (em 177) do Índice de Desenvolvimento Humano de 2008, do PNUD<sup>14</sup>. A acompanhar a frieza estatística dos números, a Guiné-Bissau apresenta outras importantes fragilidades motivadas tanto por causas que decorrem ainda do processo de independência, como por causas mais próximas, como as motivadas pelo conflito político-militar de 1998/99, o qual provocou uma alteração considerável na ajuda internacional ao país, com muitos doadores a abandonarem Bissau e/ou a transferirem as suas agências para Dakar, no Senegal.

---

<sup>13</sup> Dados referidos na revista África 21, 16/01/2009 [www.africa21digital.com](http://www.africa21digital.com)

<sup>14</sup> PNUD: Relatório de Desenvolvimento Humano 2008, [www.undp.org](http://www.undp.org)

Actualmente, são poucos os doadores presentes no terreno comparativamente com outros países da África Subsariana, o que reflecte a pouca prioridade regional da Guiné-Bissau nas agendas de política externa dos doadores e os sinais de cansaço destes (*donor fatigue*), condenando o país à categoria de “*donor orphan*” da comunidade internacional.<sup>15</sup> Para este abandono muito tem contribuído a instabilidade interna do país, política e militar, potenciada pela sua dependência económica e pela própria instabilidade dos países vizinhos. A situação social extremamente gravosa em que vive a população da Guiné-Bissau é, como presenciado em conflitos anteriores, um factor determinante para o eclodir de conflitos violentos, justificando a sua classificação como Estado frágil, reconhecida em 2006 pelas próprias autoridades guineenses.

Mais recentemente, e dado o posicionamento geoestratégico da Guiné-Bissau, vulnerável às redes do tráfico de cocaína, mas também ao branqueamento de capitais e à imigração clandestina, o país tem vindo a converter-se numa plataforma perigosa com efeito dominó expansivo para a região e também para a Europa, contribuindo assim para a recente designação de narco-Estado. Este rótulo colou-se à Guiné-Bissau desde que as máfias da América Latina começaram a servir-se da África Ocidental para fazerem chegar cocaína à Europa. As condições para o tráfico são ideais: sem vigilância, sem uma única prisão, um Estado demasiado fraco e uma população demasiado pobre. Os traficantes sabem tudo isto.

A importância dos laços linguísticos e culturais é também muitas vezes subestimada na avaliação que é feita relativamente às escolhas das rotas pelos traficantes e a Guiné Bissau partilha laços linguísticos e culturais com o Brasil e Cabo Verde, todos pontos-chaves no tráfico da cocaína para a Europa. A conjugação de todos estes factores tem obrigado a comunidade internacional a repensar as suas estratégias de intervenção relativamente à Guiné-Bissau, obrigando a conciliar as agendas bilaterais e diferentes prioridades políticas com os princípios internacionais da cooperação para o desenvolvimento emanados dos vários fóruns multilaterais, num equilíbrio nem sempre fácil de forças.

A situação de “emergência estrutural” e de pós-conflito que a Guiné-Bissau vive exige uma intervenção sustentável para evitar eventuais futuros conflitos e assegurar a transição para um Estado mais estável e propício ao desenvolvimento. A criação de ligações entre a paz, a segurança e o desenvolvimento é frequentemente uma preocupação prioritária em situações de fragilidade. Neste cenário, e no caso concreto da Guiné-Bissau, as necessidades actuais, e

---

<sup>15</sup> De acordo com o Grupo dos Estados Frágeis da OCDE, a Guiné-Bissau encontra-se entre os Estados frágeis com menor número de doadores no terreno. Os cinco maiores doadores em 2006 forneceram 83% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, com a União Europeia a representar cerca de 40% dessa mesma ajuda.

também futuras, concentram-se essencialmente na urgência de implementação de reformas inadiáveis na Administração Pública, nas Finanças e no sector de Defesa e Segurança, que deverão ser integradas numa óptica de segurança, desenvolvimento e prevenção de conflitos.

Sem instituições consolidadas e um Estado fragilizado por décadas de má gestão e de instabilidade política, a GB representa actualmente o paradigma de crise estrutural complexa e profunda<sup>16</sup>. A recente instabilidade política demonstra que os desafios à implementação das reformas de segurança estão relacionados com aspectos mais abrangentes: a coordenação entre os esforços dos parceiros nacionais e internacionais na área da segurança e do desenvolvimento; a necessidade de reforço das capacidades do Estado guineense em diversas áreas; a influência de factores sub-regionais (incluindo questões fronteiriças) e o impacto do tráfico de droga e do crime organizado; a conciliação dos investimentos em RSS (colocar por extenso) com programas de reconstrução socioeconómica; o desenvolvimento de capital humano que possa apropriar-se dos processos de RSS e de outros programas de desenvolvimento; ou a ausência de um processo de reconciliação que possa contribuir para uma paz mais abrangente e sustentável.

### **5.1. Combate ao Narcotráfico e Reforma do Sector da Segurança e Defesa, na perspectiva da prevenção de conflitos**

O subdesenvolvimento pode ser encarado como um factor gerador de tensões, que poderá ser contrariado pela existência de estruturas institucionais estabelecidas, assim como pela criação de vantagens retiradas do crescimento económico, as quais poderão estimular o interesse das populações na prevenção de conflitos. O papel da comunidade internacional só poderá vir a ser eficaz se existir de facto coordenação entre todos os actores externos, sem esquecer a articulação com os actores internos (governo e sociedade civil)<sup>17</sup>.

A difícil situação socioeconómica da Guiné-Bissau, associada à sua posição geográfica na Costa Ocidental africana, a falta de mecanismos institucionais (jurídicos e judiciais) e a sua fraqueza operacional para prevenir e combater o tráfico de droga e outras formas transnacionais de crime organizado, constituem sérios obstáculos à estabilidade política e ao desenvolvimento socioeconómico. Melhorar o sistema global de aplicação da lei e reforçar a capacidade das instituições da justiça dentro do país, fazem parte de um processo mais amplo

---

<sup>16</sup> Relatório : “A Ligação Segurança-Desenvolvimento : Contributos para uma Estratégia Nacional”, IDN, pp. 8, 30 de Abril de 2009.

<sup>17</sup> A coordenação deveria assentar no reforço das parcerias, no alinhamento do apoio dos doadores com as estratégias de desenvolvimento dos países parceiros, na harmonização das acções dos doadores, na gestão dos recursos norteada pelos resultados do desenvolvimento e no reforço da obrigatoriedade recíproca de prestação de contas.

de reforma do sector da segurança e defesa, que deverá necessariamente cruzar-se com o Plano de Combate ao Narcotráfico elaborado pelo Gabinete das Nações Unidas de Combate ao Crime e à Droga (UNODC)<sup>18</sup>.

Consciente do papel catalisador que a reestruturação do sector da segurança e defesa poderá ter na libertação de energias necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento humano, e de modo a inverter a tendência de marginalização da Guiné-Bissau, a comunidade internacional programou uma série de intervenções, quer num quadro de apoio multilateral, quer bilateral. De referir a este propósito as várias intervenções programadas para os médio e longo prazos, designadamente da Comissão para a Consolidação da Paz, com um potencial de financiamento de cerca de 35 milhões de dólares, assente numa abordagem dualista de projectos de impacto imediato, por um lado, e uma estratégia-quadro, por outro; a disponibilização de 7,7 milhões de euros do 9º FED para o arranque das primeiras fases da RSS, nomeadamente para a desmobilização e reinserção de antigos combatentes e milícias; o compromisso financeiro, já assumido para 2009-2013, de 27 milhões de euros para o sector de concentração “Prevenção de Crises em Estados Frágeis”, recentemente negociado no âmbito do 10º FED, a aplicar sobretudo nos sectores da defesa, da justiça, da polícia e das eleições; a disponibilização, entre 2008-2010, de 5 milhões de euros (dos quais 2 milhões a cargo da Comissão Europeia e outros 2 milhões a cargo de Portugal), para o Plano Operacional de combate ao narcotráfico na Guiné-Bissau; a presença, desde Abril de 2008, de uma missão PESD<sup>19</sup>, colocada junto dos diversos órgãos chave da RSS, nas três áreas (defesa, polícia e sector judiciário) e a utilização de 6 milhões de euros do PAOSED, que visa reforçar a capacidade do sector da justiça e dos órgãos do poder legislativo<sup>20</sup>.

Adicionalmente, deverão ser ainda referidas as intervenções bilaterais, em particular as de Portugal, Espanha e França, e o papel do PNUD e do CAD da OCDE, que têm disponibilizado *expertise* e apoio técnico. A este propósito, Portugal tem também trabalhado em conjunto com a CEDEAO, a CPLP e a missão da ONU em Bissau, UNOGBIS, no sentido de convergir

---

<sup>18</sup> Realizou-se em 19 de Dezembro 2007, em Lisboa, uma Conferência Internacional sobre o Narcotráfico na Guiné-Bissau, a pedido do Governo guineense. Nesta Conferência foi apresentado pela UNODC um Plano Operacional de Combate ao Narcotráfico na Guiné-Bissau, o qual está a ser implementado com o apoio dos doadores bilaterais e multilaterais. A Comissão Europeia e Portugal assumiram-se como principais financiadores, ascendendo cada uma destas contribuições a 3 MUSD para os três anos de vigência do Plano da UNODC.

<sup>19</sup> Dada a sua natureza multidisciplinar (que inclui as componentes de reforma dos sectores militar, polícia e justiça), trata-se de uma missão da União Europeia de carácter conjunto civil-militar, embora com predominância da componente civil (polícia, justiça, crime organizado e narcotráfico, etc.), de aconselhamento e assistência na área da reforma do sector da segurança na Guiné-Bissau. Do ponto de vista legal da UE esta é uma missão civil. Com esta missão, a UE pretende contribuir para a estabilidade da GB no contexto da sub-região ocidental de África e reduzir o efeito das redes de crime organizado que se estendem para a Europa.

<sup>20</sup> Report of the Secretary-General on Developments in Guinea-Bissau and on the United Nations Peacebuilding Support Office in that country, 29/09/2008

posições de modo a acordar os Termos de Referência claros quanto aos objectivos e linhas de acção a prosseguir pelos principais parceiros internacionais na Guiné-Bissau. Nesse sentido, Portugal subscreveu a plataforma consolidada que, sob proposta da CEDEAO e da CPLP, revestiu a forma GCI<sup>21</sup> que, na sessão realizada na Cidade da Praia, em Cabo Verde (Maio 2008), instou o Governo guineense a elaborar um mecanismo sólido para o respeito pelo Estado de direito e a luta contra a impunidade, que passa pela necessidade de as autoridades resolverem os problemas de segurança e de combate ao narcotráfico, colaborando com as instituições competentes e com os parceiros bilaterais.

Todavia, toda esta dispersão de intervenções na Guiné-Bissau por parte dos vários actores poderá levantar algumas questões no curto prazo, que aliás se começam já a fazer sentir<sup>22</sup>, nomeadamente:

- Problemas de articulação e complementaridade entre as diversas intervenções dos parceiros internacionais;
- Dificuldades de absorção da ajuda por parte do Governo guineense;
- Dificuldades de materialização dos compromissos assumidos em projectos concretos;
- Problema da sustentabilidade dos esforços lançados;
- Ideia de que a Guiné-Bissau já estará a ser convenientemente assistida, quando o mais difícil está ainda por fazer, com os inerentes riscos de desmobilização do esforço internacional a curto/médio prazo.
- As questões relativas ao enquadramento legal das forças policiais, judiciárias e militares, a sua administração e a aplicação da lei constituem sérios problemas à RSS na Guiné-Bissau.
- Cumulativamente, o aumento do narcotráfico, a intensificação do tráfico de seres humanos, a lavagem de dinheiro e a corrupção constituem também ameaças sérias à segurança nacional e à estabilidade, devido ao alegado envolvimento de membros do governo e altas patentes militares no crime organizado.
- Reconhece-se também que a existência de várias forças policiais em concorrência, obedecendo a tutelas diferentes, resulta numa falta de coordenação e numa multiplicidade de mandatos de autoridades, agravada por uma crónica falta de

---

<sup>21</sup> Integram o GCI os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, França, Gâmbia, Gana, República da Guiné, Níger, Nigéria, Portugal, Senegal, FMI, ONU, União Europeia, Banco Mundial, CPLP, CEDEAO e UEMOA. O GCI visa actuar em diversas vertentes, com o objectivo de encorajar o diálogo político, apoiar o governo guineense na mobilização da assistência financeira internacional e promover a inclusão da Guiné-Bissau no grupo de países que receberão apoio e assistência da Comissão das Nações Unidas para a Consolidação da Paz, tendo sido recentemente aceite a sua inclusão.

<sup>22</sup> Estas mesmas conclusões foram apuradas por uma missão técnica inter-agências das NU, realizada em Outubro 2008 à GB.

equipamento, infra-estruturas inadequadas, ausência de formação dos agentes, irregularidades nos pagamentos salariais e constantes interferências políticas.

- A não apropriação e a falta de liderança por parte das autoridades da GB na condução do processo de RSS, é igualmente apontada como uma das principais lacunas na execução da estratégia da reforma, mais focalizada na aquisição de equipamento e na formação. Aliás, a ausência de uma abordagem integral e holística é também referida como uma das principais falhas daquela estratégia, a par da incapacidade para lidar com temas sensíveis como o tráfico de droga e o crime organizado, bem como com outros aspectos do sector da justiça criminal, nomeadamente a questão prisional.
- Apesar de existir já um número significativo de agências internacionais e parceiros bilaterais envolvidos na RSS, sobretudo ao nível da capacitação institucional e legislativa (criação de leis orgânicas), este apoio tem sido marcado pela falta de coerência e coordenação entre os parceiros e por uma sobreposição de intervenções.
- Os principais doadores, nomeadamente Portugal, Brasil, missão PESD, INTERPOL e agências das NU (UNOGBIS, UNODC, PBSO e PNUD) estão sobretudo empenhados no reforço da capacidade institucional do sector policial, com especial incidência na PJ (Ministério da Justiça). Por outro lado, a POP (Ministério da Administração Interna), identificada como a principal força policial da GB em função do número de efectivos e actividades abrangidas, tem recebido pouca assistência da comunidade internacional, o que tem contribuído para agravar o clima de hostilidade entre as duas polícias e respectivas tutelas.

A comunidade internacional tem efectuado esforços para conter algumas dinâmicas conflituosas ao nível político e militar, como já referido, mas tem revelado dificuldades e incoerências na actuação para a promoção de uma paz duradoura e um desenvolvimento sustentável. As políticas têm-se centrado mais na segurança do que no desenvolvimento, embora as próprias elites internas não tenham nem políticas nem interesse no desenvolvimento, e as acções de segurança não funcionem exactamente porque não existe desenvolvimento. A categorização de Estado frágil, não reconhecida internamente como uma categorização válida do país (só ao nível internacional), acaba por ser instrumentalizada pelas elites guineenses para a obtenção de fundos, consoante os seus interesses; por outro lado, a reforma do sector de segurança está a ser realizada sem interesse por parte das pessoas que deveriam assumir a liderança dessa mesma reforma<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Relatório: "A Ligação Segurança-Desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional", Instituto de Defesa Nacional, pp. 8, 30 de Abril de 2009.

O somatório de todos estes problemas e lacunas poderá está a pôr em causa a sustentabilidade quer das acções já em curso, como das planeadas para o futuro. Assim, face aos resultados da avaliação, a missão técnica das NU recomendou que uma futura missão integrada das NU na GB, a suceder à UNOGBIS, deverá integrar uma componente reforçada de conselheiros de polícia, constituída por peritos em RSS e elementos com experiência no combate ao crime organizado e tráfico de drogas, de modo a constituir uma abordagem mais sustentável e holística da reforma. Aconselhou, igualmente, que a Capacidade Permanente de Polícia das NU (*Standing Police Capacity*) enviasse para Bissau uma equipa de peritos nas áreas da reforma, treino e investigação criminal, de modo a ajudarem a UNOGBIS e as autoridades guineenses a desenvolver um plano de reforma do sector policial, em articulação com a missão PESD, PNUD, UNODC e doadores bilaterais.

Aquele plano deverá indicar objectivos de curto e longo prazo, conter uma análise de risco, definir prioridades e indicadores de progresso, bem como opções de contingência, implicações financeiras e mecanismos de avaliação. Pretende-se que funcione como “ponto de entrada” para os doadores interessados em desenvolver acções nos domínios de polícia e justiça, devendo a UNOGBIS assumir maior protagonismo na coordenação dos esforços internacionais.

## 6. Conclusões

O continente africano é um ponto de passagem cada vez mais importante para as organizações de narcotraficantes, apesar de, no momento, a maior parte das apreensões de estupefacientes ocorrer noutras partes do mundo. Em face da escassa eficiência das polícias africanas e da relativamente recente consciencialização do problema por parte das entidades locais e internacionais, pode-se supor que as quantidades apreendidas em África não correspondam às cargas efectivas que transitam pelo continente. Até porque já não é apenas um ponto de passagem da droga proveniente da América Latina e da Ásia em direcção à Europa e à América setentrional, mas já se tornou um mercado, ainda que eventualmente “residual” mas que, em todo o caso, não pode ser ignorado pelas redes de narcotraficantes.

A par da vantajosa localização geográfica da região, da fraca ou inexistente capacidade dos Estados em travar o tráfico, de estruturas e recursos governamentais fracos e inadequados, de leis ineficazes, da instabilidade política e social de alguns Estados e de forças de segurança sem recursos, equipamento ou treino, a pobreza afigura-se como o maior problema e aquele que o continente terá que minimizar para conseguir travar os tentáculos do narcotráfico.

Num continente onde a maioria da população vive em condições de extrema pobreza e de exclusão social, os narcotraficantes têm caminho aberto para corromper alvos fáceis, na sua maioria jovens e desempregados, criando um verdadeiro e rentável negócio de tráfico e consumo de drogas, com consequências previsíveis.

O presidente da Comissão da CEDEAO asseverou que um país que trafica drogas é um país que consome drogas e, se medidas não forem tomadas, estes países enfrentarão três problemas: tráfico, produção e consumo e, por arrastamento, problemas socioeconómicos como insegurança, tráfico de seres humanos, corrupção, lavagem de dinheiro e instabilidade política.

No que diz respeito à Guiné-Bissau, o combate ao narcotráfico pelas autoridades nacionais carece, deste modo, de uma inquebrantável vontade política para ser verdadeiramente eficaz e deve, antes de mais, procurar resolver as questões que levam as pessoas a aderir com facilidade a projectos criminosos. E precisa, indiscutivelmente, da assistência da comunidade internacional, com o objectivo de apoiar o fortalecimento das instituições nacionais, como a reforma do sector da segurança e da defesa a merecer especial destaque, sobretudo quando se adensam as suspeitas sobre o envolvimento de militares e agentes de segurança no narcotráfico. Mas, uma efectiva cooperação ao nível policial tem de ser posta em prática ao nível regional, seja via União Europeia, seja através da INTERPOL, de modo a ultrapassar as dificuldades que os Estados da região enfrentam quando procuram lutar contra organizações criminosas que se dedicam ao narcotráfico. Ao intercâmbio policial tem que se juntar uma verdadeira cooperação para o desenvolvimento ao nível do sector da justiça e dos sistemas aduaneiros.

Sem pôr em causa a indispensabilidade da RSS na GB, tendo em vista a necessidade de responder aos desafios inerentes a uma situação de fragilidade através de políticas e práticas integradas de segurança e desenvolvimento, constata-se uma sobreposição constante de intervenções, uma crónica falta de coordenação, coerência e complementaridade entre os vários parceiros, muitas vezes com o objectivo de conseguir protagonismos políticos, a par da total incapacidade das autoridades guineenses para liderar o processo.

De facto, se é verdade que a conjugação de todos os factores de instabilidade anteriormente apontados tem obrigado a comunidade internacional a repensar as suas estratégias de intervenção na RSS da GB, obrigando a conciliar as diferentes agendas bilaterais e diferentes prioridades políticas com os princípios internacionais da ajuda ao desenvolvimento, também há

que reconhecer que ao nível do terreno as intervenções dos doadores estão na maioria das vezes desajustadas das reais necessidades do País, como o demonstra a proliferação crescente de missões técnicas à GB, de peritos, consultores e funcionários de alto nível, sem resultados práticos concretos ou sem conseguirem criar a sustentabilidade necessária à RSS.

Constata-se, igualmente, que talvez à excepção de Portugal, cuja intervenção na RSS tem cruzado com o Plano de Combate ao Narcotráfico com resultados práticos e concretos, algumas outras intervenções não têm passado de um rol de promessas e intenções. A grande dificuldade será, talvez, encontrar os meios que consigam responder ao mesmo tempo aos desafios de curto, médio e longo prazos que o país enfrenta com as várias reformas em curso, num cenário de recursos financeiros, materiais e humanos exíguos e de equilíbrios políticos, económicos, financeiros e sociais precários.

De um modo geral, a resposta colectiva que se pretende para a Guiné-Bissau e para os países da sub-região não visa naturalmente apenas enfrentar o problema do tráfico de droga, tem de contribuir para diminuir o impacto da explosão demográfica e, sobretudo, do desemprego. Torna-se, assim, necessário apostar numa cooperação virada para o desenvolvimento que contribua para a criação efectiva de postos de trabalho na África Ocidental.

A própria União Europeia tem de, no curto prazo, equacionar as suas políticas de imigração, por um lado, e, por outro, começar a dar sinais de abertura dos seus mercados deixando cair algumas medidas proteccionistas, de décadas, à sua produção agrícola e industrial, de modo a permitir que outras regiões se desenvolvam e consigam entrar com os seus produtos, em termos competitivos, na Europa.

## Bibliografia

- Palma, Elisabete Cortes, 2006, *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa*, Instituto Diplomático, MNE, Lisboa.
- Vários, 2007, *Transforming Fragile States – Examples of Practical Experience*, Federal Ministry for Economic Cooperation, Alemanha.
- Zeverino, Guilherme, 2003, *O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Lisboa, Outubro.

## Legislação, Documentos e Publicações Oficiais

- Agência FIDES, 3 Agosto 2007.
- CAD, 2007, *Aid Effectiveness, 2006 Survey on Monitoring the Paris Declaration, Overview of the Results*, OCDE,.
- CCE, 2007, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – *Resposta da UE a situações de fragilidade*.
- CPLP, 2009, Mesa Redonda sobre Reestruturação e Modernização dos Sectores da Defesa e da Segurança da Guiné-Bissau, Comunicado Final, Praia, Cabo Verde, 20 de Abril.
- NU, 2005, Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, Paris, Março.
- ONU, 2005, *Investir dans le développement, Plan pratique pour réaliser les objectifs du Millénaire pour le développement*, Nova Iorque.
- ONU, 2008, Rapport du Secrétaire Général sur le Bureau des Nations Unies pour l'Afrique de l'Ouest, 30 Junho.
- PNUD, 2005, Relatório de Desenvolvimento Humano 2005, *Cooperação Internacional numa Encruzilhada*, edição em língua portuguesa, Ana Paula Faria Editora, Lisboa.
- PNUD, 2006, Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano na Guiné-Bissau 2006.
- Revista África 21, 16/1/2009
- United Nations Office on Drugs and Crime, 2007, *Cocaine trafficking in Western Africa*, situation report, Outubro.
- United Nations Office on Drugs and Crime, 2008, *Guinea-Bissau, New hub for cocaine trafficking*, Issue 5, Austria, May.
- UNOWA, 2007, “*L’Environnement de Sécurité et le Processus de Construction de la Paix en Afrique l’Ouest*”, documento de trabalho do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental (UNOWA), Dakar, Março.